

第三屆為進入法院及檢察院司法官團的培訓課程及實習的錄取試
**CONCURSO PARA ADMISSÃO AO TERCEIRO CURSO E ESTÁGIO DE
FORMAÇÃO PARA INGRESSO NAS MAGISTRATURAS JUDICIAL E DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

語言能力考試 (一)
Prova de conhecimentos linguísticos (Parte I)
(三小時 3 horas)

2009年3月3日
03 / 03 / 2009

I

請將下列文章(2009年2月3日刊登於葡文報 Hoje Macau)翻譯成中文 Traduzza para chinês o texto abaixo transcrito (publicado em 3/2/2009, no Jornal Hoje Macau):

Artigo 23º da Lei Básica
Debate volta ao hemiciclo na próxima segunda-feira
Penas vão para baixo

A lei de defesa nacional volta a ser debatida na próxima segunda-feira em sede de Comissão da Assembleia Legislativa. A contra-proposta do Executivo, segundo a Rádio Macau, apresenta penas mais leves para os crimes de traição à pátria, secessão e subversão, baixando dos 15 para os 10 anos a pena mínima.

Não demorou muito até que o Governo introduzisse alterações à proposta de lei relativa à defesa da segurança do Estado, voltando a apresentar o documento à Segunda Comissão Permanente da Assembleia Legislativa (AL). A próxima reunião entre deputados e representantes do Executivo está agendada para segunda-feira, dia 2 de Fevereiro, na qual será entregue uma nova versão do articulado.

Segundo avançou ontem a Rádio Macau, na contraproposta, o Governo aceitou reduzir as penas mínimas para os crimes de traição à pátria, secessão do Estado e subversão contra o Governo Central, algo que tinha sido pedido pelos deputados logo na sessão plenária de apresentação da lei e, posteriormente, reiterado em sede de Comissão.

A proposta inicial estipulava que estes três crimes seriam punidos com penas entre os 15 e os 25 anos, um limite que os deputados consideraram pesado. Assim, adiantou o canal de rádio português, na nova versão, a ser apresentada no início da próxima semana, o Executivo vai alargar o intervalo, descendo para os 10 anos a pena mínima prevista para estes crimes.

A opinião dos deputados, que deverá então ter sido acatada pelo Governo, tinha como referência a própria legislação da República Popular da China que, apesar de prever a pena capital, consagra como mínimo os 10 anos para este tipo de crimes. Ora, se os 25 anos – o máximo previsto no ordenamento jurídico da RAEM – estão em consonância com a pena máxima na China, porque não também a mínima, questionavam. Com esta alteração, a lei que regulamenta o artigo 23º da Lei Básica passará a estar em harmonia com a legislação da China.

Na segunda-feira, os deputados poderão ainda ver esclarecidas outras dúvidas. Por um lado, poderão ser introduzidas alterações entre as situações de dolo e negligência no que toca à subtração de segredo de Estado por agentes com acesso a esses documentos. Outra alteração sugerida pelos deputados está relacionada com a prática em Macau de associações ou organizações políticas estrangeiras, nomeadamente com a responsabilidade penal no caso de actos contra o Estado. Os deputados querem que seja estipulado o que acontece se estas práticas forem cometidas por uma entidade que não está registada em Macau e que, por isso, não tem personalidade jurídica. Incertezas que também deverão ser explicadas.

Dependendo do debate em torno desta nova versão, a Segunda Comissão deve concluir um parecer em breve. Se assim for, a proposta de lei de defesa nacional pode ser apreciada e votada na especialidade já no próximo mês.

II

澳門日報報道：自中央提出粵澳兩地合作開發橫琴島項目後，為加快落實有關項目，兩地主管部門人員近月來“馬不停蹄”舉行工作會議，並到橫琴島實地視察。初步規劃敲定，該五平方公里的土地中約七十五萬平方米與澳門賽馬會對岸相望的地段將預留作澳門大學校園區，屆時位於氹仔的部分澳大校園教學和生活設施將遷往橫琴校園區。毗鄰澳大園區的二十萬平方米用地將作為人才培訓中心。

請就澳大遷址橫琴的建議發表意見（約 1000 字）。

Comente **em chinês** a sugestão da mudança para a Ilha da Montanha da Universidade de Macau. (1000 palavras)